

## ISRAEL E A PRESENÇA BRASILEIRA

Oswaldo Gudolle Aranha

Os pioneiros da primeira metade do século XIX ao criarem, à margem direita do Rio Jordão, na Palestina, o primeiro Kibutz, Petach Tikva, deram início a colonização de uma sociedade judaica que viria, no decorrer dos tempos modernos, consagrar o desígnio milenar da volta da Terra Prometida, ambição maior do povo judeu. Esse processo, hoje centenário, alicerçado na inspiração mítica de sobreviver nas cercanias do que seria o Monte Sião, perto de Jerusalém, tomou proporções étnicas definitivas ao espalhar-se pelo território árido fixando uma civilização cingida aos rigores da região mas cada vez mais adaptada aos anseios de modernização.

Se exclusivista, como estabelecia o princípio de sobrevivência judaica, tinha em seu cerne uma base democrática límpida e irretocável. Assim os Kibutzim, vilarejos e cidades foram sendo criados. Hospitais e escolas eram erguidos em cada um desses locais e estradas se alongavam pelo território interligando grandes cidades a esses vários pontos de civilização e progresso. Todo esse trabalho indômito era feito na convicção de que, com o tempo esse esforço criaria uma nação de cultura e vida próprias. Os dispersos pelo mundo passam a saber de um ponto de encontro para o reinício de uma nova vida. Nasce, com o sionismo de Theodore Hertzl, a determinação de tornar cada vez maior e mais viva a existência de uma sociedade judaica organizada com cooperação e presença vindas de todas as partes para a lendária Terra Prometida, fixando-se na região de onde seus antepassados haviam sido expulsos. A imigração tornou-se ato contínuo e natural. A esse ambiente de trabalho, sacrifício, abnegação e determinação pioneiras chegam, passando por agruras as mais incríveis, homens e mulheres de extraordinária tenacidade, capacidade e visão política levados pelo exemplo maior de Chaim Weizman. São muitos e já no século XX existe no território uma profunda noção de pátria, com língua própria, o hebraico, interligando os núcleos que vão transformando o conglomerado israelense num efetivo Estado Judeu. Os nascidos no novo território, os Sabras, dão vigor ainda maior a luta pela independência. O protetorado inglês constata o inexorável crescimento e a grande determinação pela integração, em nação, daquele povo cada vez mais unido, convivendo sob regras e princípios de uma sociedade com todos os delineamentos de um estado oficial, com hierarquia estabelecida e vida atida aos fundamentos da coletividade, observando costumes e religião judaicas.

A exigência do reconhecimento oficial para a nova sociedade se torna uma obsessão. Uma nação se criava clamando por independência, um povo procura cantar oficialmente seu Hino e desfraldar livremente sua Bandeira.

A presença de 400 brasileiros na formação e manutenção, até os nossos dias, do Kibutz Bror-Chail é uma viva lembrança do Brasil na epopéia israelense.

Nos idos de 1920 Lord Balfour reconhece essa realidade. Inicia-se assim o processo político deste reconhecimento delongado pelas dificuldades da existência de vida em comum com os árabes na região e impedido pela 2ª grande guerra mundial.

Indubitavelmente as divisas territoriais separando o Estado Judeu e o Palestino era o grave problema a ser equacionado, já que apresentava o grande desafio criado pelo nomadismo das tribos árabes que, há milênios, desconheciam limites na região, tornando quase impossível a solução, equanime, da separação física das duas glebas. Com a criação da Organização das Nações Unidas, ONU, após o término da guerra em 45, o problema é

transferido da Liga das Nações para a nova poderosa Organização que manda duas comissões à região, já estão conflagrada pelo ímpeto dos que clamavam pela libertação. Oswaldo Aranha artifice mór e primeiro, a alma das convulsões geradoras da Revolução de 30 que ocasionou a grande transformação político social da era republicana em nosso país, exerceu, logo após a vitória de outubro, em seqüência, o Ministério da Justiça, da Fazenda, a Embaixada em Washington e o Ministério do Exterior, este em 1938, demitindo-se do governo Vargas em plena guerra, em 1944, apesar do enorme prestígio alcançado pela vigorosa e solitária liderança colocando o Brasil na guerra ao lado dos aliados e que o levou a ser reconhecido, por todo o país, como o “Chanceler da Vitória”.

Grangeou, Aranha desta forma, durante os anos em que dirigiu a política exterior uma posição com alto reconhecimento internacional por sua luta contra o nazi facismo e predominância incontestada que obteve no âmbito das Américas.

Sem qualquer função pública, no início de 1947, Aranha que se encontra participando de um Fórum internacional nos EE.UU., é convidado pelo governo Dutra a preencher o cargo de Chefe da Delegação Brasileira junto a ONU, vago com a morte do Embaixador Leão Veloso.

Aranha assume e logo após preside o Conselho de Segurança, o mais importante órgão da Organização Mundial. Sua presença nessa presidência e seu prestígio internacional reavivado, fazem com que seja indicado para candidato a presidir a Assembléia extraordinária em abril do mesmo ano. Eleito, preside a Assembléia participando de todos os estudos e atos da Organização face a diversas e complicadas questões, entre elas a do Oriente Médio. Ao encerrar-se essa Assembléia, Oswaldo Aranha recebeu verdadeira consagração. Volta em outubro à Nações Unidas para nova Assembléia e passar a presidência ao candidato indicado pelas grandes potências, quando é surpreendido pelo movimento de pequenos países que não só força a sua candidatura mas propicia uma vitória inédita.

A derrota do candidato dos grandes só é alcançada no 3º escrutínio da votação com a mudança de 4 votos conseguidos pela alta liderança de Oswaldo Aranha conquistada no exercício das presidências do Conselho de Segurança e da Assembléia anterior. Por tudo isso Aranha se torna a única pessoa a ser eleita, por duas vezes, a presidência da Ass. Geral da ONU, fato singular até hoje, na história da Organização Mundial.

Nessa nova Assembléia Aranha, como Presidente, leva a decisão do grande plenário muitas das questões básicas que preocupam regiões, povos e nações atingidos pela 2ª grande Guerra Mundial. A questão do Estado Judeu dentro da Palestina era, sem dúvida a principal, com blocos de nações se opondo e outros reivindicando as decisões das duas comissões da ONU que favoreciam a divisão ou partilha das terras a direita e a esquerda do Rio Jordão.

Note-se e esse ponto é de grande importância, Aranha marcou sua posição, logo após sua posse no Itamaraty em 38, firmando sua determinação contra o poder e a injustiça nazistas e transforma a política desse órgão e do governo cancelando a mais violenta, racista e discriminatória das instruções daquele Ministério, a de número 1127 criando a circular 1249 que ordena, de maneira digna, objetiva e própria a imigração de estrangeiros, alicerçando-a na formação do Conselho de Imigração e Colonização que passa a emitir vistos aos judeus perseguidos com coerência e humanidade. Essa nova política leva ele a receber de Einstein, entre outras, uma carta em que diz “incentivado pelo atendimento de pedido anterior”!

Esse sentimento demonstrado por Aranha em todos os seus atos, ainda mais fortalecido pelo conhecimento da monstruosa injustiça do Holocausto, concorre para que o então Presidente da ONU viesse a fazer com que a partilha da Palestina fosse aprovada em memorável votação, no dia 29 de novembro de 1947.

Deve ser revelado aqui, por histórico e também curioso que se, na votação dois terços dos votos não favorecem a partilha, os territórios nela repartidos não mais poderiam ser cedidos para abrigar, de um lado o Estado Judeu, já física e politicamente existente e o Palestino, ainda amorfo e desfigurado pelo arraigado nomadismo de seu povo.

Os compendio históricos afirmam que o Presidente Aranha sabendo que a maioria das Nações era favorável à partilha, mas o número de votos não alcançaria os dois terços adiou por dois dias a votação, conseguindo assim, em meio a discussões e acordos memoráveis, congregar o número necessário de adeptos para consagrar a partilha, inclusive o voto do Brasil, independente da relutância do Itamaraty que preferia a abstenção.

Após essa decisão o Estado Judeu, unido, inicia sua marcha para a independência sob a liderança de homens e mulheres de extraordinário valor e ímpeto político, liberados por Ben Gurion. Quatro meses depois é declarada a criação do Estado de Israel com a aprovação de sua Constituição Parlamentarista.

O reconhecimento vem de todas as nações mas os países árabes mostram sua oposição invadindo o território da nova Nação horas após a retirada das tropas inglesas que guardavam as terras do protetorado. São rechaçados !

Não obstante as agressões armadas que se seguem o novo país progride, se integra e se defende demonstrando aguerrimento patriótico de maneira corajosa e organizada.

Após 5 anos de lutas intermitentes, quando da vitória da Guerra dos 6 Dias. Israel anexa os territórios palestinos estabelecidos pela partilha, ato de força até hoje contestado.

Mas é assim que a cidade berço das religiões, a eterna Jerusalém de onde os judeus haviam sido expulsos há mais de dois mil anos, passa ao comando de Israel. O Muro das Lamentações, antes o obstáculo a entrada de seu povo à Cidade Santa, passa a ser o monumento à persistência e a devoção da gente judaica.

A jovem Nação cresceu modernizando métodos e práticas da região intocados por centenas de anos. No bojo desse desenvolvimento exemplar estão além da força de trabalho que transformou o deserto em terra fértil, o nacionalismo aglutinador, o espírito de justiça social, a comunhão de propósito das comunidades representadas pelo Kibutz e a grande sede de estudos e pesquisas que criou uma das mais perfeitas organizações de exame da vida na Terra, o Instituto Weizman.

A situação política do Oriente Médio tem em Israel, ao mesmo tempo, seu ponto crítico e básico. Com ele persiste o conflito, sem ele não haverá paz. Cabe hoje a seus maiores e aos chefes das nações que lhe circundam encontrar um meio de estabelecer uma convivência respeitosa como estabeleceu com o Egito. Na verdade, por mais opostos que venha a ser os povos da região estes não podem mais ignorar a contribuição fundamental que deu o Estado de Israel a um Oriente Médio novo que se transformou e modernizou e que terá de buscar a paz entre os divergentes para continuar a sobreviver. Cabe, por isso mesmo, mais a Israel, encontrar uma paz duradoura que lhe será tão benéfica quanto mais cedo alcançada.